

ARTESANIAS CONSTRUTIVAS:

uma arqueologia de saberes arquitetônicos

LOPES, MARCELA S. B. (1); MORADO NASCIMENTO, DENISE. (2)

1. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, NPGAU/EAUFMG
Rua Paraíba 697, 30130-140, Belo Horizonte/MG
marcelasbl@hotmail.com

2. Professora do Departamento de Projetos e do NPGAU/EAUFMG
Rua Paraíba 697, 30130-140, Belo Horizonte/MG
dmorado@gmail.com

Palavras-chave: projeto, construção, articulação de saberes

Resumo

Neste artigo, pretendemos discutir a relação do projeto arquitetônico com seus aspectos construtivos na prática profissional e acadêmica atual. A partir do conceito de “artífice” desenvolvido por Richard Sennett (2008), da abordagem do pensador Michel de Certeau (1994) a respeito das “maneiras de fazer” cotidianas, e da sugestão do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2005) de uma “ecologia de saberes”, apresentamos uma proposta de articulação entre os saberes construtivos e a prática do ensino de projeto.

1. PROJETO E CONSTRUÇÃO

Se, em um primeiro momento, o papel do arquiteto não era separado do papel do construtor e do usuário do espaço projetado, com o Renascimento, e mais tarde com a Revolução Industrial, há a separação e a hierarquização de todo o processo produtivo do espaço. O *projetar* independente do *construir*.

Em razão da complexidade sócio-econômica contemporânea, que reflete-se no uso do espaço urbano, outros agentes alinhados com forças produtivas próprias entram em cena: engenheiros de diversas especialidades, decoradores, advogados, publicitários, mas principalmente incorporadoras, construtoras, agentes imobiliários e órgãos públicos. Nesse cenário, o arquiteto tem se distanciado cada vez mais tanto do fazer construtivo quanto do entendimento do modo de vida e do cotidiano do usuário do espaço. Por outro lado, podemos perceber também que o próprio usuário posiciona-se muito mais como consumidor do espaço do que como seu produtor.

Se o projeto arquitetônico e a construção são entendidos como processos distintos, a construção subjugava-se ao projeto, provocando apenas um eficiente gerenciamento em torno de uma boa compatibilização de informações a serem enviadas à obra. Reconhecemos que um projeto “compatibilizado” – ou seja, que apresenta por completo todos os detalhes executivos e as instruções normativas do edifício a ser edificado – possibilita que a obra seja orçada e planejada com mais rigor, o que é fundamental para um empreendimento financeiro de qualquer porte. Entretanto, tal procedimento costuma ser confundido com “qualidade” da arquitetura.

Quando o projeto de um edifício é abordado apenas por uma ótica, principalmente no caso do mercado imobiliário por meio de seus agentes, os critérios de excelência se baseiam quase que exclusivamente nos custos da construção e da manutenção. Os programas de qualidade, tais como o PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) e ISO-9000, não abordam a qualidade do espaço arquitetônico edificado. Os parâmetros adotados nesses programas buscam uma avaliação objetiva do projeto arquitetônico, tais como: topografia, insolação, dimensionamento, pertinência e/ou eficiência de materiais, técnicas, manutenção e, atualmente, sustentabilidade. Mas, se considerarmos que mesmo os fatores objetivos podem ser relativizados, como a “qualidade” do edifício poderia ser medida?

Outro ponto que podemos observar é que um projeto arquitetônico produzido e compatibilizado com todos os demais projetistas não elimina os imprevistos da obra, e que a noção de projeto “acabado” (que não pode ser alterado durante o processo construtivo) é ilusória. Sempre haverá imprevistos e mudanças, algumas vezes relacionados aos custos ou à modificação de demanda dos próprios clientes-usuários, já que o processo construtivo é longo e nesse intervalo esses fatores costumam mudar.

A separação entre projeto e construção criou um distanciamento do arquiteto com a materialidade da arquitetura, agravado, no caso do Brasil, pelo fato do sistema construtivo mais adotado aqui ser a estrutura de concreto armado com a vedação em alvenaria de tijolo furado, ou seja, um sistema camaleônico, passível de ser escondido e camuflado pelo revestimento. Essa “preferência” exime o arquiteto de problematizar a questão, transformando a elaboração de um projeto, muitas vezes, apenas num jogo compositivo de encaixes de sólidos geométricos e estudos de cheios e vazios. As interfaces entre o projeto e a obra são, em grande maioria, negligenciadas pelos arquitetos.

Paralelo a esse processo, a ciência passou a ser a única autoridade credenciada para resolver questões do projeto e da construção, excluindo desse campo de conhecimento os saberes tradicionais e importantes, legitimados não pelos institutos tecnológicos, mas pela prática e uso cotidianos. Dentro dessa dinâmica, os construtores do “baixo escalão” (pedreiros, marceneiros, serralheiros e autoconstrutores), que possuem um importante conhecimento empírico, não

participam do processo decisório da parte da produção do espaço que passa exclusivamente pelo saber técnico e científico.

Em conversa com um índio da aldeia pataxó, sul da Bahia, percebemos em sua fala certo orgulho pelos avanços adquiridos em sua aldeia nos últimos anos, referindo-se às novas casas individuais de alvenaria de bloco de concreto e telhas de amianto. A associação entre, por um lado, o progresso e, por outro, sistemas construtivos vigentes aprovados pela ciência e/ou pelo mercado, é corriqueira, mesmo que tais sistemas sejam incongruentes com o modo de vida dos sujeitos e o cotidiano do lugar. Saberes construtivos ancestrais que possuem pertinência e coerência com as situações de uma dada comunidade são descartados e substituídos sem nenhum critério ou avaliação crítica.

Outro aspecto importante é o reflexo do distanciamento do arquiteto com a materialidade da construção, tornando o desenho da representação fundamental no processo de transmissão da informação, em um movimento quase que compensatório. Se nos registros da Idade Média encontramos croquis e esboços, acompanhados algumas vezes de pequenos textos, posteriormente a geometria descritiva permitiu que os desenhos técnicos funcionassem como um exclusivo canal de comunicação de instruções dos escritórios projetistas para os canteiros de obras. Mais recentemente, as informações são produzidas ou manipuladas por softwares digitais, além dos programas integrados, tipo BIM, que permitem simulações espaciais muito próximas da realidade. Entretanto, apesar dos novos recursos, a permanência da separação entre o espaço da projeção e o espaço da construção faz com que sejam perdidas as importantes articulações físicas-materiais (as diversas peças de um sistema construtivo) e sociais (as pessoas envolvidas) nos processos produtivos do espaço.

2. A PRÁTICA DE ENSINO DE PROJETO HOJE

É perceptível que a separação entre o pensar e o fazer se faz presente também na prática acadêmica. Nas escolas de arquitetura consideram-se as teorias advindas de fragmentados departamentos: projeto, urbanismo, análise crítica e histórica e tecnologia, por exemplo. De maneira geral, nas disciplinas de projeto os alunos aplicam os conhecimentos teóricos adquiridos nas demais. Ou seja, a prática arquitetônica é o *projeto* – concebê-lo, desenhá-lo e representá-lo passou a ser a essência da arquitetura.

Entretanto, observamos que essa dinâmica é bastante problemática na medida em que encontramos tanto alunos incapazes de articular teoria e prática de projeto, mas que tentam subsidiar/legitimar seus projetos através delas, num jogo de tradução literal e ilustrativo, alienado

das condicionantes do problema em questão, quanto alunos acrílicos, mas fiéis à adoção de um “estilo” arquitetônico. Com isso, podemos apropriar-nos dos dizeres de Vilém Flusser (2007, p.43) e concluir: “a fábrica não é outra coisa senão a escola aplicada, e a escola não é mais que uma fábrica para aquisição de informações”.

As abundantes publicações de revistas e blogs especializados ajudam a aumentar o “repertório” dos alunos, que repetem à exaustão as composições ditadas na temporada. Em muitas dessas publicações pouco ou nada explica como os fatores sociais, culturais, materiais, políticos, físicos e ambientais, norteiam as decisões de projeto, dando-se ênfase apenas ao jogo volumétrico obtido e à sua força imagética.

Do mesmo modo, encontramos alunos que, mesmo nas questões relacionadas diretamente ao projeto, se encontram paralisados na encruzilhada entre a herança funcionalista – na qual prevalece uma postura de “tudo determinar”– e uma tradução (equivocada) da questão de se proporcionar autonomia aos futuros usuários do espaço projetado, adotando uma prática de “nada propor”.

Em suma, o reducionismo do projeto reflete-se em um campo desprovido de materialidade e inventividade, regido por regras anteriores à sua especificidade, com excesso de adjetivos pretensamente legitimadores, e poucos substantivos e verbos a serem explorados e propostos. Valeria a pena, então, nos perguntarmos: é possível considerar o projeto de arquitetura um fazer pensante, no qual os seus fundamentos teóricos não seriam apenas aplicados, mas descobertos no exercício do projetar?

3. UMA PRÁTICA DE ENSINO DE PROJETO AMPLIADA

Diante do exposto acima, interessa-nos pesquisar pontes a serem articuladas entre o ensino de projeto e os saberes construtivos, inclusive aqueles saberes que estão fora dos discursos da ciência e do mercado.

Buscamos apoio no conceito de artífice desenvolvido por Richard Sennett (2008), para quem a consciência das coisas (as idéias, as representações e os pensamentos) não está desvinculada das coisas em si, e um trabalho de qualidade depende da curiosidade do artífice com o seu material. Para o pensador, a habilidade artesanal está associada à “capacidade de fazer bem as coisas” e ao “desejo de um trabalho bem feito”. Dessa forma, a técnica é considerada por ele não apenas um procedimento maquinal, mas uma “questão cultural”. Sennett se opõe ao pensamento defendido pela filósofa Hannah Arendt, herdado do Renascimento, que separa o *homo faber* do *animal laborens*, ou seja, o por que do como, o pensamento da ação. Para Sennett (2008, p.17),

“o pensamento e o sentimento estão contidos no processo do fazer”, de modo que “as pessoas podem aprender sobre si mesmas através das coisas que fazem”.

Recorremos também ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2005), para quem a hegemonia dos saberes científicos e filosóficos na validação das verdades ocidentais acarreta um enorme desperdício de experiências. Boaventura propõe uma ecologia dos saberes para combater essa “monocultura do saber científico”, na qual em lugar da oposição entre saberes normativos e saberes alternativos, baseada em alteridades e subalternidades, haveria a idéia de multiplicidades e de relações não destrutivas, numa ótica ampliada e diversa da realidade. Ele identifica saberes e práticas construtivas que estão fora dos conhecimentos hegemônicos como “artesanias práticas”.

Podemos associar os conceitos acima às maneiras de fazer identificadas por Michel De Certeau (1994, p.40-41) como sendo os procedimentos cotidianos populares silenciosos capazes de subverter as práticas institucionalizadas, devido a seu caráter antidisciplinador. A partir do conceito do filósofo Michel Foucault sobre dispositivos minúsculos capazes de vampirizar as instituições e reorganizar o funcionamento do poder, De Certeau identifica essa potência nos procedimentos cotidianos. Para ele, tais práticas permitem que o usuário se reapropriem do espaço institucionalizado com uma criatividade “dispersa, tática e bricoladora”.

A partir desses princípios, propomos uma disciplina para a graduação apoiada na tríade pesquisa-ensino-extensão, nomeada “Artesanias construtivas”, e assentada nas investigações do grupo de pesquisa PRAXIS.¹ Nosso ponto de partida é a oposição do entendimento do que seja “cliente”, próprio da prática mercadológica do campo da arquitetura, em prol do “participante ativo do processo de projeto e da construção”. Além disso, temos como objetivos de ensino: mapear criticamente aspectos das dinâmicas sócio-espaciais, visando à compreensão de sua natureza, suas relações, sentidos e perspectivas; acessar a diversidade dos saberes (comuns e científicos) na proposição de respostas de projeto/obra; incorporar saberes compartilhados no processo projetual.

3.1. O bairro e a comunidade

Elegemos o Jardim Canadá como local de trabalho; primeiro, em razão das atividades provindas de termo de cooperação técnica assinado entre o grupo de pesquisa PRAXIS e a Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Nova Lima (PMNL). Segundo, pela diversificada ocupação sócio-espacial do bairro, caracterizando-o como uma área de complexidade urbana específica. O bairro Jardim Canadá está situado na região oeste do município de Nova Lima, a 30 km da Sede e

¹ Ver www.arq.ufmg.br/praxis

a 12 km do bairro Belvedere, em Belo Horizonte, onde se processa o desenvolvimento do Eixo-Sul de expansão metropolitana.



Figura 01: Bairro Jardim Canadá, Nova Lima
Fonte: Google Earth, 2011

A ocupação do bairro iniciou-se em 1956, sem a existência de infra-estrutura e a provisão de serviços urbanos, o que fez com que a área permanecesse quase inabitada até a década de 1970. Com o loteamento do Condomínio Retiro das Pedras, em 1974, o bairro começa a abrigar população de baixa renda atraída pelo trabalho ofertado pelas famílias de classe alta vizinhas.

O principal acesso do bairro é a rodovia BR-040, que o atravessa. A proximidade com a rodovia resultou na atração inicial de comércio e serviços ligados à manutenção de veículos, posto de gasolina e restaurante. Em um segundo momento, surgiram os galpões industriais de pequeno porte. Somente nos anos 1980, mas principalmente a partir da década de 1990, houve um processo de ocupação residencial significativa, conjuntamente com a ocupação de lotes por

moradores de renda média. Segundo Andrade e Mendonça (2010), outros fatores contribuíram para a aceleração desse processo, como a saturação do espaço físico da capital Belo Horizonte, o aumento da insegurança e da criminalidade. Somado a isso, a população do Jardim Canadá passou cada vez mais a *servir* as famílias dos condomínios, assentados em valores como qualidade de vida, integração à natureza, tranquilidade, privacidade e segurança. O crescimento do bairro Jardim Canadá foi impulsionado tanto pela localização privilegiada quanto pela presença de loteamentos de alta renda ao seu redor.

Hoje, o Jardim Canadá apresenta uma ocupação sócio-espacial diversificada, pois além de moradias de diferentes classes de renda, encontramos espaços comerciais voltados para atender as demandas locais (padarias, mercearias, açougues, salões de beleza, etc.) bem como oficinas, empresas e indústrias de pequeno porte de vários setores: engenharia, tecnologia, gastronomia, eventos, construção, comércio, design, indústria, movelaria, etc. A produção dessas indústrias, por exemplo marcenarias e serralherias, é bastante significativa, assim como os resíduos advindos deles.

Quanto às habitações, há a predominância de moradores de baixa renda na região sul do bairro. Na parte mais alta e ao fundo, o quadro se modifica, podendo-se encontrar construções cujo padrão é mais alto, ocupadas por grupos de renda mais elevada, com moradias construídas em padrões semelhantes ou próximos àqueles dos condomínios, cuja presença pode ser explicada pela procura dos mesmos atrativos dos condomínios, mas em função dos preços a opção foi o lado de fora (MENDONÇA, 2004). Estima-se que em 2010 existia no bairro uma população de 6.174 habitantes.

Quadro 1: Jardim Canadá - distribuição dos domicílios segundo a renda.

(Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000/Setores Censitários - dados trabalhados.)

Local de moradia	Renda				
	Até 3 SM	de 3 a 5 SM	de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Total
Jardim Canadá	67%	15%	12%	6%	1049

Grande parte da população do bairro veio das imediações (Itabirito, Jeceaba, etc.) ou do norte de Minas e Bahia, e muitos deles trabalham na construção civil. Começaram o aprendizado do ofício na suas cidades-natal e, com a vinda para o bairro, tiveram que aprender e adaptar-se às maneiras de fazer locais.

Diante de tal diversidade, entendemos que há no bairro um potencial ao encontro e fusão dos saberes acadêmicos e práticos locais. Para o pesquisador Boaventura de Souza Santos (2005, p.40) nesses “lugares de fronteira”, ou “territórios de passagem”, pode haver a geração de novos objetos, novas interrogações e novos problemas, abrindo-se a possibilidade de construção de algo que não existia antes e “que não pode ser reduzido à soma dos elementos heterogêneos mobilizados para sua criação.”

3.2. As atividades

Antes do início da disciplina “Artesanias construtivas”, aproximamos da comunidade do bairro Jardim Canadá por meio de entrevistas com moradores que trabalham na construção civil (pedreiros, marceneiros, serralheiros e bombeiros), no intuito de identificar as causas de terem se estabelecido ali e da escolha de seu ofício, assim como as formas de aquisição e construção de seus saberes (LOPES, 2011).

Contatamos também algumas instituições como a igreja católica local (Igreja São Judas Tadeu), as associações de bairro (Associação do Jardim Canadá e a ACAJACA), ONG’s e entidades artísticas (Casa Jardim, Espaço de Dança Quick e JA.CA). Além desses, procuramos agentes da PMNL, tais como o coordenador da regional responsável pelo bairro, assistentes sociais e a coordenadora do Programa Vida Nova (transferência condicionada de renda e promoção social às famílias na linha da pobreza). Tais contatos foram importantes no processo de compreender as relações políticas e institucionais existentes ali, e articular parcerias que pudessem contribuir com as propostas acadêmicas do grupo PRAXIS.²

A partir da troca de informações de todos mas, essencialmente, do relato de uma moradora, que também é funcionária pública municipal, surgiu a proposta de re-elaboração das barracas fornecidas pela PMNL para feiras. Ou seja, poderíamos pensar em um equipamento para a potencialização da já existente capacidade de trabalho do bairro por meio da realização de uma feira de artesanato. O relato dessa moradora é baseado em sua percepção sobre a existência de um número significativo de artesãos no bairro, que poderiam, assim, expor seus trabalhos e ter uma oportunidade de incremento de renda. A sua percepção também está alinhada com o seu trabalho no programa municipal Vida Nova.

Em seguida, o nosso ponto de partida foi estabelecer o tripé universidade-artífices-comunidade para alcançar o nosso principal objetivo: investigar a articulação entre saberes acadêmicos,

² Ver: <http://www.arq.ufmg.br/praxis>. Objetivos do grupo Praxis: investigar criticamente as condições contemporâneas de projeto, produção e uso do espaço urbano, mapear criticamente aspectos das dinâmicas sócio-espaciais das cidades brasileiras e desenvolver práticas compartilhadas através da mediação entre tecnologia, projeto, construção, informação, vivência e criatividade em torno dos agentes envolvidos nesses processos./blog/

próprios da universidade, e os saberes práticos, próprio dos artífices, sempre em prol da transformação dos sistemas de conhecimento dos envolvidos.

A disciplina, então, direcionou-se para a construção coletiva de um equipamento (artesãos, artífices, alunos) que vise potencializar a apropriação do espaço público existente no bairro. A definição do que seja esse equipamento não deve ser determinado *a priori*. As possibilidades a serem construídas por todos deverão permitir variações futuras no uso desse equipamento, associadas às singularidades e particularidades das novas circunstâncias, que possam surgir.

FEIRA DE ARTESANATO JARDIM CANADÁ

Parceria:

Prefeitura de Nova Lima
Escola de Arquitetura da UFMG

Venha participar!

Na construção das barraquinhas,
na exposição e venda do seu trabalho ou
fazendo apresentações musicais ou artísticas!

Reunião:

Sábado, 17/09, às 09:30 no galpão do Vida Nova
Avenida Toronto, nº 1509, Bairro Jardim Canadá

Contato:

Grupo de Pesquisa Praxis
Denise, Marcela, Bianca e Paulínisia
Tel: (31) 3409-8878 - email: praxisufmg@gmail.com



Figura 02: Reunião entre alunos e professores da disciplina Artesanias construtivas e artesãos na sede do Programa Vida Nova
Fonte: Praxis, 2011

Um outro aspecto importante a ser relatado é que o Jardim Canadá abriga um montante significativo de resíduos provindos das oficinas, empresas e indústrias de pequeno porte, como citado anteriormente. Os componentes e/ou sistemas construtivos a serem utilizados serão definidos em razão dos resíduos urbanos disponíveis, identificados por meio do projeto de extensão Mar.Ca, em andamento no grupo PRAXIS. Nesse cenário, parcerias foram estabelecidas com algumas empresas no sentido de acolhermos tais materiais, principalmente madeira e tecidos, na medida em que marceneiros e costureiras do bairro se disponibilizaram a ministrar oficinas para os alunos e artesãos.

O local onde a feira será realizada ainda está em discussão, mas uma das fortes opções é a praça principal do bairro, um local ainda pouco utilizado pela comunidade. A aposta de todos é que a feira tem potencial para contribuir para uma efetiva apropriação pública do local. Com uma área de 22 mil m², a praça recebeu um investimento de R\$ 1,7 milhão como medida compensatória em virtude das atividades da mineradora Vale na região. Entretanto, segundo relato dos moradores, a praça ainda não é espaço de construção identitária do bairro.

O equipamento a ser construído, no contexto da disciplina, não será derivado da prática convencional de projeto. Em outras palavras, não será um produto projetado por alunos, em um processo conduzido por professores, a ser oferecido à comunidade, mas um processo de produção a ser construído e decidido coletivamente pelos alunos, artesãos, artífices, com o apoio institucional da Prefeitura de Nova Lima e UFMG. Isso quer dizer que a lógica de planejamento, própria do campo de conhecimento da arquitetura, cai por terra já que as decisões serão tomadas em resposta às potencialidades dos materiais disponíveis, à capacidade física de construção de todos os envolvidos e às demandas específicas, mas flexibilizadas, dos artesãos.

Quanto às representações a serem usadas para o desenvolvimento das idéias, elas não resultam ou partem dos códigos e convenções do desenho técnico. Outras formas de representação estarão presentes, tais como diagramas, croquis, textos, maquetes processuais, etc., configurando-se em linguagens para compartilhamento de informações.

Em suma, as decisões a serem tomadas deverão surgir do encontro e/ou do enfrentamento entre os saberes dos alunos, artesãos e artífices, acolhendo as possibilidades dos materiais disponíveis. Dessa maneira, a forma final do objeto não se antecederá ao processo, mas será o resultado de uma operação arquitetônica complexa, na busca de um fazer-pensante, produtor de inventividades e de artesanias construtivas e urbanas.

No horizonte de toda a proposta, aqui descrita, está o debate da construção metodológica para o ensino de projeto vinculado ao processo construtivo. A maior dificuldade até agora está sendo conciliar o calendário acadêmico ao calendário político, já que temos como parceiros diversas instâncias municipais, que não necessariamente têm interlocução entre si. Outro desafio é a mobilização da comunidade local, visto que há pouca motivação em participar de qualquer proposição coletiva, em função de experiências desgastantes anteriores. A própria participação dos alunos nem sempre é constante, apesar de percebermos um forte interesse e/ou disposição de tempo em grande parte do grupo.

Embora os resultados aqui apresentados sejam parciais, podemos inferir algumas questões para debate:

- quais são as dificuldades encontradas na conjugação de atividades de ensino, extensão e pesquisa?
- há um real interesse por parte da academia em construir processos de produção compartilhados?
- de que maneira os alunos modificaram-se frente aos processos de projeto?

- os processos de projetos compartilhados são possíveis na produção de qualquer escala, como, por exemplo, moradias individuais ou coletivas?
- é possível não hierarquizar saberes frente à construção coletiva de equipamentos, independente da sua complexidade urbana?
- quais são as repercussões da produção de equipamentos gerados através de processos compartilhados?

Esperamos que ao final da disciplina possamos nos aproximar de algumas respostas.

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G. *Explorando as conseqüências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 169-188, jan/jun 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e de comunicação*. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

LOPES, Marcela Silvano Brandão. *A poética do construir- A construção da Arquitetura*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LOPES, Marcela Silvano Brandão. (2011). *Jardim Canadá, fronteiras*. Vídeo disponibilizado no Youtube. http://youtu.be/TK_W4eVPG0s.

MENDONÇA, J.G.; PERPÉTUO, I.H.O.; VARGAS, M.C. “A periferização da riqueza na metrópole belo-horizontina: falsa hipótese?” In: *Seminário sobre a Economia Mineira*, 11, 2004, Diamantina. Anais. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.